

FORJAS TAURUS S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF Nº 92.781.335/0001-02
NIRE 43 3 0000739 1

COMUNICADO AO MERCADO

Resposta ao Ofício nº 309/2016/CVM/SEP/GEA-2

São Leopoldo, 8 de setembro de 2016 - A Forjas Taurus S.A. (“Companhia” ou “Taurus”) listada no Nível 2 da BM&FBOVESPA (Símbolos: FJTA3, FJTA4), em cumprimento ao pedido de esclarecimento constante do Ofício nº 309/2016/CVM/SEP/GEA-2 recebido em 5 de setembro de 2016 (“Ofício”), cujo teor consta como anexo ao presente Comunicado ao Mercado, vem a público informar e esclarecer o quanto segue.

Em primeiro lugar, cumpre informar que a Companhia, antes de ter tomado conhecimento do Ofício, divulgou no dia 5 de setembro de 2016 após o fechamento do mercado um fato relevante acerca da notícia veiculada pela mídia de que a Companhia teria sido acusada de vender armas a traficante internacional.

Conforme divulgado em tal fato relevante, existe uma ação penal que tramita sob segredo de justiça na 11ª Vara Federal de Porto Alegre, contra dois ex-funcionários da Companhia e um cidadão iemenita, por suposta venda irregular de armas para o Governo do Djibouti no ano de 2013.

Embora a Companhia e seus administradores não tenham sido incluídos na denúncia, a Companhia, tão logo teve ciência da ação penal, potencialmente lesiva à sua reputação, requereu e teve deferida sua habilitação no processo, na condição de interessada, com o objetivo de bem esclarecer ao juízo sobre os fatos de seu conhecimento e prestar o apoio necessário.

Naquele momento, a Companhia entendeu não ser aplicável divulgação de fato relevante, uma vez que a Companhia não era parte no processo assim como o mesmo seguia em segredo de justiça e em estágio inicial, novamente, contra terceiros partes que não a Companhia.

Em nota explicativa do Ministério Público Federal, publicada em 6 de setembro de 2016 e anexa à presente carta (Anexo II), restou demonstrado que o processo tramita em segredo de justiça e contra 3 (três) pessoas físicas. O processo ainda se encontra em estágio preliminar e com fatos que dependiam (e ainda dependem) de apuração e comprovação e do andamento do devido processo legal.

Devido ao vazamento na mídia de partes da denúncia oferecida pelo Ministério Público, em clara violação de sigilo, inclusive com a menção à Companhia e trazendo fatos inverídicos e

não provados, a Companhia entendeu aplicável ao evento a divulgação de fato relevante com esclarecimentos aos seus acionistas e ao mercado, repudiando qualquer alegação de que estaria envolvida em operação irregular na comercialização de seus produtos, o que foi feito de forma tempestiva, como requer a regulamentação.

Por fim, gostaríamos de deixar registrado que a própria Reuters divulgou no dia 5 de setembro de 2016, conforme Anexo III a este Comunicado ao Mercado, a notícia de que o Ministério da Defesa confirmou que “constam nos registros do Exército autorizações para exportações de armamento leve pela empresa Forjas Taurus para o governo de Djibuti, e não para o Iêmen”. Ainda, de acordo com nota do ministério, essas exportações possuem certificados de usuário final, "apresentados como requisito técnico nos processos de autorizações de exportações, impossibilitando legalmente a reexportação desses produtos para terceiros países".

Sendo o que nos cumpria para o momento, esperamos ter esclarecido a questão em relação à notícia veiculada na mídia, permanecendo à disposição para eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários.

THIAGO PIOVESAN

DIRETOR VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

FORJAS TAURUS S.A.

ANEXO I – CÓPIA DO OFÍCIO CVM

Ofício nº 309/2016/CVM/SEP/GEA-2

Rio de Janeiro, 05 de setembro de 2016.

Ao senhor
Thiago Piovesan
Diretor de Relações com Investidores

FORJAS TAURUS S.A.

Avenida do Forte, 511, Vila Ipiranga
91360-000 – Porto Alegre - RS
Telefone: 51 3021-3000- Fax: 51 3021-3075
E-mail: ri@taurus.com.br

C/C: emissores@bvmf.com.brAssunto: **Solicitação de esclarecimentos.**

Prezado Senhor,

1. Reportamo-nos à notícia veiculada no sítio eletrônico da revista Veja no dia 05.09.2016, sob o título **“Taurus é acusada de vender armas a traficante internacional”**, na qual constam as seguintes informações:

“Maior fabricante de armamentos da América Latina, a brasileira Forjas Taurus, sediada em Porto Alegre, é acusada de vender armas ao iemenita Fares Mohammed Mana’a, apontado pelas Nações Unidas como um dos maiores traficantes de armas do mundo. Ele enviou os armamentos ao Iêmen, que vive hoje uma guerra civil – uma violação às sanções internacionais.

As vendas foram negociadas e fechadas, segundo denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal à Justiça Federal do Rio Grande do Sul, à qual a agência Reuters teve acesso, apesar de a empresa saber das restrições de negócios com o traficante iemenita. Os procuradores acusaram em maio dois exexecutivos da Taurus de enviar 8.000 pistolas e revólveres de uso exclusivo das forças policiais para Mana’a, que atua na região do Chifre da África, também conhecida como península Somali, há mais de uma década.

As armas foram supostamente enviadas pela Taurus para Djibuti e redirecionadas para o Iêmen por Mana’a, de acordo com documentos judiciais.

Na lista de países sob embargo da Organização das Nações Unidas (ONU) desde 2014 e também do governo dos Estados Unidos, o Iêmen, localizado no Oriente Médio, na extremidade sudoeste da Península Arábica, é desde o ano passado castigado por uma guerra civil brutal, que já matou milhares de militares e civis. Os rebeldes houthis, apoiados pelo Irã, desafiam o governo aliado da Arábia Saudita. Devido ao embargo, o Iêmen não pode receber armas de nenhum porte. O conflito deixou, nos últimos 18 meses, ao menos 10.000 mortos no país, incluindo cerca de 4.000 civis, segundo a ONU.

A ação penal, que foi aberta pela Justiça Federal do Rio Grande do Sul e corre em segredo de Justiça, afirma que os exexecutivos da empresa Eduardo Pezzuol (gerente de exportação) e Leonardo Sperry (supervisor de exportação) fecharam em 2013 a venda de 2 milhões de dólares em armas para Mana'a. Em 2015, negociavam uma segunda entrega, desta vez de 11.000 pistolas e revólveres, quando foram surpreendidos por uma investigação da Polícia Federal.

'Se a autoridade policial não tivesse surpreendido a parceria comercial entre a Taurus e o traficante, novas encomendas certamente seriam feitas', diz o texto da denúncia feita pelo Ministério Público. A denúncia cita tabelas encontradas em computadores da Taurus que mostram pagamentos periódicos de Mana'a à empresa desde 2013.

O caso pode prejudicar a Taurus, importante fornecedora de armas para as polícias e as Forças Armadas do Brasil, além de ser uma das cinco maiores fabricantes de pistolas e revólveres para o mercado dos Estados Unidos, onde vende três quartos de sua produção. O Brasil é o quarto maior exportador mundial de armas de pequeno porte. O Ministério Público concentra o processo, por enquanto, nos dois exexecutivos da empresa que comandaram as negociações.

A denúncia do Ministério Público, no entanto, deixa claro que os procuradores vêem responsabilidade direta da Taurus, que teria usado Mana'a e suas empresas como um distribuidor no Oriente Médio e na África, para outros países além do Iêmen, incluindo Sudão, Sudão do Sul e Etiópia.

Procurados pela Reuters, os executivos não responderam aos emails. O advogado dos acusados, Alexandre Wunderlich, afirmou também por email, que a denúncia do MPF 'não revela a verdade dos fatos' e que 'todos os atos que são objeto do processo foram praticados no âmbito exclusivo da empresa e amparados na legalidade'. Não quis, no entanto, tratar do assunto em detalhes alegando que o processo está em segredo de Justiça.

A Taurus afirmou à Reuters que não é parte do processo e 'tampouco foi formalmente acusada'.

Por email, disse que 'está acompanhando o processo na condição de interessada, uma vez que adotou postura colaborativa e está auxiliando a Justiça na elucidação dos fatos' e que 'considerando que o processo está tramitando em segredo de Justiça a companhia não está autorizada a fornecer quaisquer detalhes sobre o caso'.

Os então executivos da Taurus chegaram a trazer Mana'a ao Brasil, de acordo com os documentos do Ministério Público, em janeiro de 2015, com a justificativa de uma visita à fábrica da empresa no Rio Grande do Sul. Sperry e Pezzuol pediram ao Ministério das Relações Exteriores, em nome da Taurus, uma carta convite para Fares Mana'a. O documento foi negado sob a alegação de que o 'empresário' vinha de um país com restrições para transações comerciais.

Os procuradores acusam, na denúncia, a Taurus de ter então tentado conseguir um falso passaporte do Djibuti para Mana'a, em uma tentativa de dar mais veracidade à história criada para o traficante, mas o esquema não funcionou. Ainda assim, o iemenita entrou no Brasil em 21 de janeiro de 2015, usando outro documento com nome e data de nascimento falsos, segundo a denúncia.

Incluído na lista da ONU como traficante internacional de armas em 2010, Mana'a é acusado de suprir armas para o grupo extremista somali Al Shabaab e para piratas da região. De acordo com o relatório da ONU, o iemenita negocia armas na região do Chifre da África, também conhecida como península Somali, e na Europa Oriental desde 2003. O iemenita teve, entre outras sanções, ativos congelados nos Estados Unidos e tem uma pena de banimento de viagens.

'Não há como a Taurus e seus funcionários alegarem desconhecimento dos feitos atribuídos a Mana'a, pois Leonardo Sperry declarou (em depoimento) que é praxe da

Taurus pesquisar na Internet sobre pessoas convidadas ao Brasil', diz a denúncia do MPF.

O caso foi descoberto pela Polícia Federal em setembro de 2015. Os dois executivos foram então chamados para depor e confessaram as negociações com Mana'a. Logo depois do depoimento, Sperry enviou um email a Mana'a informando que as negociações para a segunda venda teriam que ser suspensas 'devido a recentes contatos com as autoridades brasileiras'.

Em 4 de novembro de 2015 foi realizada uma operação de busca e apreensão na Taurus e foram levados computadores e documentos. Nesses computadores, a Polícia Federal e o MPF encontraram dezenas de correios eletrônicos que confirmam as negociações e mostram, inclusive, que a empresa sabia das restrições de comércio com Mana'a e o Iêmen e buscou alternativas para driblar as sanções internacionais.

Em um dos emails, Pezzuol afirma que 'caso a Taurus decida vender ao Iêmen, o caminho parece ser através de Mohammed Mana'a', que abriu uma nova rota através do Djibuti, pequeno país do nordeste da África, onde, exatamente do outro lado do estreito de Bab al-Mandab, está o Iêmen.

De acordo com os documentos do MPF, há indícios que a relação da Taurus com o traficante vem desde 2007, vários anos antes dos primeiros relatórios da ONU apontarem que o iemenita estaria fornecendo armas ilegalmente para soldados na guerra civil da Somália.

Entre 2011 e 2012, as negociações teriam sido suspensas, com a entrada definitiva de Mana'a na lista traficantes internacionais de armas pela ONU e pelos EUA. É a partir daí que a entrega de armas a Mana'a passa a ser através do Djibuti e com laranjas de Mana'a tomando a frente do negócio. 'Em 14 de outubro de 2013, a Taurus obteve uma autorização prévia para exportação, número 788/2013, expedida pelo Comando Militar do Sul, de 8 mil armas para o 'Ministry of Defence and National Security' do Djibouti', diz a denúncia. A autorização, segundo a denúncia, foi usada falsamente para enviar armas ao Iêmen.

'(Os executivos) Se valeram de fraude para simular o destino real do armamento, bem como para ocultar o envolvimento do também denunciado Fares Mana'a, uma vez que se tratava de país sob embargo internacional e pessoa sancionada pelas Nações Unidas', diz a denúncia. Em março de 2015, uma nova leva de armas foi preparada para ser enviada a Mana'a usando a rota do Djibuti, segundo os procuradores. Um analista de exportação da empresa de logística Amazon Freight Forwarders, responsável pela entrega, pediu repetidamente por email os contatos de quem receberia a carga no Djibuti, mas sem sucesso. Todas as informações repassadas à empresa eram de pessoas no Iêmen. 'Djibuti era um 'entreposto fictício' para exportação', diz a denúncia.

'Restou claro como a empresa Taurus se valia de notório traficante internacional de armas, que fazia a triangulação das mercadorias para outros países, especialmente para o Iêmen', diz a denúncia. As duas empresas de fachada de Mana'a, Itkhan e Al Sharq Fishing and Fish, seriam usadas para negociar o armamento enviado pela Taurus, segundo a denúncia.

No final de maio deste ano, o juiz Ricardo Borne, da 11ª Vara Federal de Porto Alegre, aceitou a denúncia contra Pezzuol e Sperry e determinou a inclusão de Mana'a na lista de procurados da Interpol, além de pedir o levantamento das contas bancárias da Forjas Taurus para possível posterior sequestro de valores.

Os dois executivos são acusados, assim como Mana'a, de tráfico internacional de armas, pelo artigo 18 da lei 10.826, pela qual é proibido 'importar, exportar, favorecer a entrada ou saída do território nacional, a qualquer título, de arma de fogo, acessório ou munição, sem autorização da autoridade competente'.

O juiz também determinou a expedição de ofícios para que sejam notificadas as embaixadas dos Estados Unidos, Arábia Saudita, Egito, além do Ministério das Relações Exteriores e ONU, revelando as investigações contra a empresa por venda ilegal de armas. A decisão, no entanto, foi suspensa dois dias depois por uma liminar do desembargador João Pedro Gebran Neto, da 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª região, a pedido da Taurus. A empresa alegou que a expedição de ofícios poderia trazer 'prejuízos econômicos' para a empresa.

Até agora, no entanto, a ação penal se concentra nos dois executivos que, de acordo com seus currículos na rede LinkedIn, deixaram a Taurus logo depois de serem denunciados pelo MPF. Ambos trabalham atualmente em uma empresa de cerâmicas em Santa Catarina. Mana'a, que foi governador, entre 2011 e 2014, do distrito de Sa'dah, um reduto dos rebeldes houthis, no Iêmen, não foi encontrado para responder às acusações. A Justiça brasileira divulgou um edital de citação, usado para intimar e processar Mana'a à revelia.

A venda ilegal de armas para um traficante e para um país sob sanção da ONU pode trazer enormes prejuízos econômicos à empresa. A própria ONU pode estabelecer sanções contra a Taurus, de acordo com a legislação internacional adotada pelo Conselho de Segurança da organização. Além disso, a empresa possui uma fábrica nos Estados Unidos Taurus International Manufacturing Inc que pode vir ser afetada se for acusada de descumprir sanções impostas pelo governo americano."

2. A respeito, requeremos a manifestação de V.S.a sobre a veracidade das afirmações veiculadas na notícia, e se confirmada, explicar os motivos pelos quais entendeu não se tratar o assunto de Fato Relevante, nos termos da Instrução CVM n.º 358/2002.

3. Tal manifestação deverá ser encaminhada, incluindo cópia deste Ofício, por meio do Sistema IPE, categoria "Comunicado ao Mercado", tipo "Esclarecimentos sobre consultas CVM/BOVESPA".

4. Ressaltamos que, nos termos do art. 3º da Instrução CVM nº 358/02, cumpre ao Diretor de Relações com Investidores divulgar e comunicar à CVM e, se for o caso, à bolsa de valores e entidade do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos seus negócios, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente em todos os mercados em que tais valores mobiliários sejam admitidos à negociação. Lembramos ainda da obrigação disposta no parágrafo único do art. 4º da Instrução CVM nº 358/02, de inquirir os administradores e acionistas controladores da Companhia, com o objetivo de averiguar se estes teriam conhecimento de informações que deveriam ser divulgadas ao mercado.

5. Ademais, nos termos do parágrafo único do art. 6º da Instrução CVM nº 358/02, cabe aos acionistas controladores ou aos administradores, diretamente ou através do Diretor de Relações com Investidores, divulgar imediatamente o ato ou fato relevante, na hipótese da informação escapar ao controle ou se ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários de emissão da companhia aberta ou a eles referenciados.

6. De ordem da Superintendência de Relações com Empresas – SEP, alertamos que caberá a esta autoridade administrativa, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento no inciso II, do artigo 9º, da Lei nº 6.385/1976, e no artigo 7º c/c o artigo 9º da Instrução CVM nº 452/2007, determinar a aplicação de multa cominatória, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), sem prejuízo de outras sanções administrativas, pelo não atendimento ao presente ofício, ora também enviado e-mail, no prazo de **2 (dois) dias úteis**.

Atenciosamente,

ANEXO II – NOTA EXPLICATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

terça-feira, 6 de setembro de 2016 17:32 BRT

Retificação Nota à imprensa: caso Taurus

MPF/RS se manifesta sobre denúncia

O Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Sul (MPF/RS) esclarece que a denúncia, de 10 de maio de 2016, foi oferecida contra dois ex-executivos da empresa fabricante de armas Forjas Taurus, juntamente com terceira pessoa, pela venda ilegal de armas de fogo. A acusação é contra as pessoas físicas em questão.

A denúncia foi pautada com base em investigação da Polícia Federal desde 2015, que apontou a comercialização de armas para um traficante internacional do Lêmen.

A denúncia foi recebida em 24 de maio pela 11ª Vara Federal de Porto Alegre e tramita em segredo de justiça.

Assessoria de Comunicação Social

Ministério Público Federal no Rio Grande do Sul (MPF/RS)

Fones: (51) 3284-7370 / 3284-7369

E-mail: prrs-ascom@mpf.mp.br ou ascomprrs@gmail.com

Twitter: http://twitter.com/MPF_RS

Facebook: www.facebook.com/MPFnoRS

Veja esta e mais notícias da atuação do MPF/RS em <http://www.mpf.mp.br/rs>

Disponível em <http://www.mpf.mp.br/rs/sala-de-imprensa/noticias-rs/nota-a-imprensa-caso-taurus>

ANEXO III – NOTÍCIA REUTERS

segunda-feira, 5 de setembro de 2016 21:12 BRT

Ministério da Defesa confirma exportação de armamento pela Forjas Taurus para governo de Djibuti

BRASÍLIA (Reuters) - O Ministério da Defesa informou nesta segunda-feira que constam nos registros do Exército autorizações para exportações de armamento leve pela empresa Forjas Taurus para o governo de Djibuti, e não para o Iêmen, em 2014 e 2015, após reportagem da Reuters informar que a empresa vendeu armamento a um conhecido traficante iemenita.

De acordo com nota do ministério, essas exportações possuem certificados de usuário final, "apresentados como requisito técnico nos processos de autorizações de exportações, impossibilitando legalmente a reexportação desses produtos para terceiros países".

Em reportagem publicada nesta segunda-feira, a Reuters informou que a maior fabricante de armas da América Latina, a Forjas Taurus, vendeu armamento a um conhecido traficante iemenita que enviou as armas ao seu país em guerra civil, em um ato de violação a sanções internacionais.

(Reportagem de Lisandra Paragrassu)

Disponível em <http://br.reuters.com/article/domesticNews/idBRKCN11C00H>